



FAMÍLIA E CRECHE EM DIÁLOGO: VÍNCULOS ÉTICO-AFETIVOS E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE BEBÊS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SANTOS, Gabriela Marroquim dos¹
 ANJOS, Cleriston Izidro dos²
 SANTOS, Charllane Synara Assis dos³

Grupo de Trabalho (GT): GT 2 – Infâncias, juventudes e Processos Educativos

RESUMO

Este trabalho discute como a relação entre família e creche incide no desenvolvimento integral de bebês na Educação Infantil. De natureza qualitativa e abordagem bibliográfica, a análise articula marcos legais, estudos sociais da infância e estudos sobre acolhimento, escuta e participação familiar. O estudo mapeia práticas de transição casa–creche, rotinas compartilhadas e documentação pedagógica, destacando a centralidade dos vínculos ético-afetivos entre educadores e famílias, a continuidade dos cuidados e a consideração das singularidades dos bebês. Também evidencia desafios persistentes: concepções adultocêntricas e homogeneizadoras, baixa oferta de creches públicas, desigualdades territoriais e raciais e tensões de representatividade no cotidiano institucional. Como implicações, propõe-se fortalecer a coautoria família–creche na proposta pedagógica, garantir tempos e espaços de escuta sensível e qualificar a avaliação institucional com foco em condições de oferta (infraestrutura, equipe, gestão, recursos, acessibilidade), evitando lógicas classificatórias sobre as crianças. O trabalho oferece eixos analíticos para aprofundar o debate e subsidiar práticas de acolhimento, planejamento curricular e monitoramento formativo na creche.

Palavras-chave: Bebês. Educação Infantil. Família–creche. Acolhimento. Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A construção social da infância, conforme delineada por Ariès (2012), evidencia que conceber a criança como sujeito de direitos e de cuidados específicos é uma formulação historicamente situada e relativamente recente. Esse reconhecimento abriu espaço para compreender a infância não apenas como uma etapa geracional, mas como um período com experiências e modos de ser próprios. Nessa direção, Arroyo (2012) propõe o reconhecimento de “outras infâncias” e de pedagogias que considerem sujeitos historicamente invisibilizados, como os bebês.

Pensar a presença dos bebês nas creches requer atenção às formas de cuidado, de escuta e de acolhimento oferecidas, bem como à participação das famílias nos cotidianos institucionais. As Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Brasil, 2024) reafirmam a importância da escuta e da participação das famílias, do reconhecimento de suas múltiplas configurações e da corresponsabilidade pelo desenvolvimento integral das crianças.

¹ Universidade Federal de Alagoas. E-mail: gabrielamarroquims@gmail.com.

² Universidade Federal de Alagoas. E-mail: cleriston.anjos@cedu.ufal.br

³ Universidade Federal de Alagoas. E-mail: charllane.santos@cedu.ufal.br





À luz desse horizonte, este artigo discute como a relação entre família e creche incide no desenvolvimento integral de bebês na Educação Infantil. Com abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, articula marcos legais, estudos sociais da infância e pesquisas sobre acolhimento, escuta e participação familiar.

OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo geral analisar de que modo a relação entre família e creche contribui para o desenvolvimento integral dos bebês na Educação Infantil. De forma articulada, busca-se: compreender as percepções das famílias e dos profissionais acerca do processo de acolhimento dos bebês nas instituições; identificar práticas pedagógicas que favoreçam a continuidade dos cuidados entre os contextos familiar e institucional; e refletir sobre o papel das políticas públicas e das diretrizes nacionais na consolidação de vínculos ético-afetivos entre creche e família. Esses objetivos serão alcançados por meio de pesquisa bibliográfica, articulando marcos legais, estudos sociais da infância e investigações sobre acolhimento, escuta e participação familiar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral das crianças até os cinco anos e onze meses de idade, em estreita articulação com a ação da família (Brasil, 1996). Nesse sentido, a relação entre família e instituição educativa é dimensão central do atendimento aos bebês. Barbosa (2010) salienta que essa parceria vai além do apoio cotidiano, constituindo base reflexiva para repensar cuidado e educação. Nessa direção, é fundamental reconhecer os bebês como sujeitos de direitos e participantes ativos da cultura, como defende Salutto (2020), ao caracterizá-los como “pessoas de relação”, cujas singularidades expressam sentidos socialmente construídos.

A concepção institucional sobre os bebês e os vínculos estabelecidos com suas famílias impactam diretamente o cotidiano pedagógico. Costa et al. (2022) destacam que o encontro entre diferentes sujeitos e contextos — família, creche e trabalho — favorece rotinas compartilhadas e vínculos de afeto mediados pelo papel





intencional do educador. De modo convergente, a Resolução CNE/CEB nº 1/2024, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (DONQEEI), reafirma a valorização das múltiplas configurações familiares e o fortalecimento das relações entre instituição, famílias e comunidades (Brasil, 2024). No entanto, a insuficiência da oferta de creches públicas ainda sustenta práticas precárias, como o cuidado por “mães-crecheiras” (Rosemberg, 1986), reforçando desigualdades sociais e a necessidade de políticas mais equitativas (Rossetti-Ferreira; Amorim; Silva, 2000; Monção, 2015).

Os estudos sociais da infância contribuem para esse debate ao enfatizar que crianças, mesmo pequenas, são sujeitos históricos e sociais que produzem cultura e participam da vida social (Qvortrup, 2002; Sarmiento; Pinto, 1997). Para Nascimento (2018), reconhecer os bebês como atores sociais significa romper com concepções paternalistas que os reduzem à passividade, abrindo espaço para práticas pedagógicas que afirmem sua agência. Nessa mesma direção, Coutinho (2016) sublinha que os estudos sociais da infância exigem vigilância ética e metodológica, sobretudo em pesquisas com bebês e crianças muito pequenas, ressaltando que superar o adultocentrismo e valorizar a agência infantil é condição essencial para consolidar vínculos ético-afetivos e corresponsabilidade entre famílias e instituições.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação, vinculada ao PPGE/UFAL e ao GEPPECI/CEDU/UFAL, assume natureza qualitativa e abordagem bibliográfica e documental de cunho histórico, por compreender que a relação família–creche requer análise crítica de produções acadêmicas, documentos legais e referenciais teóricos da Educação Infantil. Mobilizam-se marcos normativos — LDB (Brasil, 1996) e DONQEEI (Brasil, 2024) — e dialoga-se com os estudos sociais da infância (Qvortrup, 2002; Sarmiento; Pinto, 1997; Nascimento, 2018; Coutinho, 2016), além de pesquisas sobre acolhimento, escuta e participação familiar. A opção metodológica opta por fontes secundárias (bibliográficas e documentais) e privilegia o exame crítico da literatura e da documentação existente.

Justifica-se tal escolha porque, em Educação, a pesquisa bibliográfica não se reduz à revisão de literatura: é um percurso metodológico com etapas explícitas (levantamento e critérios de seleção, leitura analítica com roteiro, elaboração de





quadros e mapeamento de categorias) para situar o debate, identificar lacunas e sustentar a argumentação; já a análise documental implica problematizar condições de produção, circulação e materialidade dos textos legais/institucionais, reconhecendo sua não neutralidade, sua historicidade e as relações de poder que os atravessam (Grazziotin; Klaus; Pereira, 2022). Assim, tratamos os marcos normativos como fontes documentais a serem historicamente analisadas, enquanto a bibliografia especializada é mobilizada para construir categorias e tensionar sentidos sobre acolhimento, vínculos ético-afetivos e participação família–creche, assegurando rigor e coerência entre problema, objetivos e procedimentos.

RESULTADOS

As análises iniciais convergem para a centralidade da relação família–creche na experiência dos bebês, especialmente na construção de vínculos, no acolhimento e na continuidade dos cuidados entre casa e instituição. A entrada na creche requer atenção às singularidades de cada criança, que articula afetos, intelecto e motricidade de modos próprios (Barbosa, 2010). Nessa direção, reconhecer a diversidade dos modos familiares de cuidar é condição para práticas sensíveis e coerentes no coletivo (Barbosa, 2010).

Do ponto de vista organizativo, destaca-se a necessidade de preparação institucional anterior à chegada do grupo: escuta qualificada e esclarecimento de dúvidas das famílias, frequentemente em seu primeiro contato com a Educação Infantil. A escuta de histórias sobre a chegada dos bebês mapeia sensibilidades, escolhas e receios (Salutto, 2020), enquanto a presença de um familiar nos primeiros dias contribui para a segurança da criança e para a transmissão de informações sobre cuidados, hábitos e rotinas (Dentz, 2022). Conflitos entre adultos impactam o trabalho pedagógico, exigindo espaços de formação, comunicação e resolução de problemas (Barbosa, 2010).

A dimensão da equidade torna-se incontornável: pesquisa de Santos (2021) evidencia que bebês negros, ao adentrarem novos contextos socioculturais, muitas vezes não encontram representatividade suficiente em discursos, imagens, materiais e práticas pedagógicas, o que demanda acolhimento antirracista e culturalmente responsivo. A participação ativa das famílias deve materializar-se em eventos, reuniões e, sobretudo, na construção da proposta pedagógica — compreendida





pelas DONQEEI (2024) como expressão identitária e intencional da instituição — sob liderança da gestão e com envolvimento da comunidade educacional.

Por fim, pensar cuidado, escuta e presença de bebês requer tensionar concepções adultocêntricas e homogeneizadoras que ainda orientam práticas no país. O deslocamento da infância da condição de “vir a ser” para categoria estrutural e socialmente produtiva (Sarmiento, 2004) dialoga com evidências de que marcadores como raça, classe e território atravessam a experiência infantil (Gobbi; Anjos, 2024). Fortalecer a relação creche–família, portanto, é um compromisso ético-político com o direito à educação desde o nascimento, consolidando comunidades educativas mais sensíveis, democráticas e responsivas às diversidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos analisados até o momento convergem para a centralidade da relação família–creche na experiência dos bebês, sobretudo na construção de vínculos, no acolhimento e na continuidade dos cuidados entre casa e instituição. Fortalecer essa relação supõe escuta qualificada, reconhecimento das práticas culturais de cuidado já presentes nas famílias e coautoria no cotidiano pedagógico, de modo a respeitar as singularidades de cada criança e a afirmar os bebês como sujeitos de direitos. Tais princípios se materializam em protocolos de transição casa–creche, na documentação pedagógica e na organização intencional de tempos e espaços que sustentem vínculos ético-afetivos.

Ao mesmo tempo, impõe-se enfrentar desigualdades históricas e os efeitos de práticas adultocêntricas e homogeneizadoras, compreendendo a participação das famílias como direito — não como concessão. Consolidar a creche como espaço de pertencimento demanda gestão comprometida, formação continuada das equipes e avaliação institucional focada nas condições de oferta (infraestrutura, recursos, acessibilidade e trabalho docente), evitando lógicas classificatórias sobre as crianças. Em síntese, fortalecer a parceria creche–família é um compromisso ético-político com a equidade e com o direito à educação desde o nascimento, orientando comunidades educativas mais sensíveis, democráticas e responsivas às diversidades da infância.





REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARBOSA, M. C. **Especificidades da ação pedagógica com os bebês**. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: MEC, 2010. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7154-2-2-artigo-mec-acao-pedagogica-bebes-m-carmem/file>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024. **Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. **Altera a LDB para dispor sobre a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm.

COSTA, N. M. S. da; DENTZ, M. V.; AMORIM, K. de S. **Enquanto você (não) dormia: tempos, rotinas e ritmos em negociação no processo de transição do bebê à creche**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 27, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/7wzRkWc4qj4LpKwg6FRjtgb/abstract/?lang=pt>.

COUTINHO, A. S. **Os novos estudos sociais da infância e a pesquisa com crianças bem pequenas**. Educativa, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 762-773, set./dez. 2016.

DENTZ, M. V. **Interação de pares de bebês em sua transição de casa para a creche**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-18032022-155642/publico/tese_marisa_versao_corrigida.pdf.

GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I. dos. **Infâncias, movimentos sociais e cidade: reflexões urgentes em meio à “fadiga da compaixão”**. Educar em Revista, Curitiba, v. 40, e94770, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/94770>

GRAZZIOTIN, L. S.; KLAUS, V.; PEREIRA, A. P. M. **Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos**. Pro-Posições, Campinas, v. 33, e20200141, 2022.

MONÇÃO, S. **Bebês e adultos na creche: vínculos, afetos e educação**. Campinas: Autores Associados, 2015.





NASCIMENTO, M. L. **Estudo da infância e desafios da pesquisa: estranhamento e interdependência, complexidade e interdisciplinaridade.** *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 11-25, jan./abr. 2018. DOI: 10.12957/childphilo.2018.30537.

QVORTRUP, J. *Sociology of Childhood: Conceptual Liberation of Children.* In: MOURITSEN, F.; QVORTRUP, J. (ed.). *Childhood and Children's Culture.* Odense: Odense University Press, 2002. p. 43-78.

ROSEMBERG, F. **Criança pequena e desigualdade social no Brasil.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. da S.; SILVA, A. de C. **O ingresso do bebê na creche: vínculos e interações em contextos institucionais.** *Psicologia USP*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 107-130, 2000.

SALUTTO, N. **“É preciso incluir os bebês!”: sentidos e apostas no diálogo com mulheres-mães.** *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 26, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/33976>.

SANTOS, N. L. dos. **O acolhimento inicial de bebês negros e negras nos espaços da creche: aspectos a considerar e desafios a alcançar.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1234575>.

SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (org.). *As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.* In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (org.). **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação.** Porto: Asa, 2004. p. 9-34.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. (coord.). **As crianças: contextos e identidades.** Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997. (Coleção Infans).

